



PODER

Proposta costurada pelo Brasil não tem prazo para ser implementada e enfrenta a resistência de algumas das principais economias do planeta — como os Estados Unidos e a Alemanha. Mas, para Haddad, trata-se de um debate necessário

G20 aprova taxaçoão para os super-ricos

» RAFAELA GONÇALVES

Apesar da resistência de alguns países, a presidência brasileira do G20 — grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana — conseguiu aprovar uma declaração ministerial conjunta em apoio à tributação dos super-ricos. Porém, esse imposto internacional não tem um prazo para ser implementado e não conta com a simpatia de grandes economias do planeta, como os Estados Unidos e a Alemanha.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aproximadamente 3 mil famílias entrariam na mira desse imposto internacional. Ele disse, inclusive, que a proposta costurada pelo Brasil foi aplaudida de pé. Os detalhes acordados serão divulgados hoje, mas adiantou o teor da publicação.

“Um dos itens contemplados, especialmente, é a proposta brasileira de começar a pensar na tributação internacional, não apenas do ponto de vista das empresas, mas também dos indivíduos chamados super-ricos”, explicou.

O Brasil quer evitar que um avanço lento da discussão represente o fracasso da proposta — uma das principais bandeiras do país na presidência rotativa do G20. Haddad, porém, reconheceu que o processo “tem um curso relativamente lento na agenda internacional”. Ele lembrou que o primeiro pilar de cooperação fiscal da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) levou quase uma década para ser negociado — e ainda faltam fechar pontos para que se concretize.

“Entendemos que os desafios que estão sendo colocados para o mundo, em um futuro próximo vão exigir soluções inovadoras. Estamos procurando nos antecipar, elaborando mecanismos de financiamento que possam servir num momento em que a necessidade se fizer uma emergência”, frisou. A ideia da taxaçoão é de financiar questões humanitárias, como um fundo contra a miséria, além de iniciativas para a preservação ambiental.

O ministro admitiu as divergências sobre a proposta, “mas, ao final, todos concordamos que era necessário fazer constar essa proposta na declaração [do G20]. É um tema que merece a atenção

devida e a mobilização dos organismos internacionais para que, mesmo quando o Brasil deixar a presidência, a pauta não perca a centralidade e continue na agenda econômica internacional”.

Estimativas apontam que a implementação de um imposto mínimo de 2% da riqueza bruta dos bilionários do mundo arrecadaria algo em torno de US\$ 250 bilhões anualmente. O estudo, encomendado pela Fazenda ao economista francês Gabriel Zucman, do *UE Tax Observatory*, aponta que o modelo de tributação progressiva atingiria indivíduos que têm mais de US\$ 1 bilhão em riqueza pessoal — que está distribuída em ativos, imóveis, ações, participação na propriedade de empresas, trustes familiares, fundos de investimentos e soberanos, entre outros. E mesmo assim, não pagam nem ao menos 2% de imposto de renda anualmente.

Reforma tributária

Na abertura do encontro e ministros, Haddad salientou que encontrar formas eficazes de tributar os super-ricos é uma prioridade para a presidência brasileira do G20. Exemplificou essa prioridade para o Brasil ao mencionar a reforma tributária, que está tramitando no Congresso.

“Engloba alguns dos princípios que gostaríamos de ver também na cooperação tributária internacional”, disse. No fim do ano passado, Câmara e Senado aprovaram o projeto de lei que mudou as regras de tributação para aplicações financeiras mantidas por brasileiros no exterior. Também instituiu a cobrança do chamado “come-cotas” para fundos exclusivos.”

“Aprovamos medidas para aumentar a progressividade da tributação direta, como a das empresas offshore e o aperfeiçoamento da tributação dos fundos de investimentos exclusivos, o que abrange diretamente os super-ricos”, observou.

De acordo com Haddad, o conjunto de reformas implementadas no Brasil reflete o princípio fundamental da progressividade, que norteou a declaração ministerial do G20. “Devemos tributar mais os ricos e menos os pobres, melhorando a eficiência global e a legitimidade democrática do sistema tributário”, explicou.

Diogo Zacarias/MF



Entendemos que os desafios que estão sendo colocados para o mundo, em um futuro próximo vão exigir soluções inovadoras. Estamos procurando nos antecipar, elaborando mecanismos de financiamento que possam servir num momento em que a necessidade se fizer uma emergência”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

Yellen: “Não vemos necessidade”

A tributação de bilionários está longe de consenso, apesar da declaração ajustada pelo G20. Uma das maiores oposições à medida vem dos Estados Unidos. A secretária norte-americana do Tesouro, Janet Yellen, deixou claro que não vê necessidade de um acordo global sobre o tema e que seria “difícil” coordená-lo. Para os americanos, a taxaçoão deveria ser implantada por cada país, com base em alíquotas proporcionais ao tamanho da fortuna a ser taxada.

“Não vemos a necessidade tentar negociar um acordo global sobre isso. Todos os países deveriam se certificar de que seus sistemas tributários são justos e progressivos. Faz sentido para a maioria dos países adotar essa abordagem de tributação, mas temos visões muito diferentes. Os EUA defendem uma taxaçoão adequada que garanta que as pessoas de alta renda paguem uma alíquota justa”, afirmou.

A Alemanha já sinalizou que uma taxaçoão internacional segue fora de cogitação e que as reuniões desta semana não foram “discussões concretas”, pois o tema “não está nem perto de um consenso”.

Na avaliação de tributaristas, a ideia dificilmente será materializada. “Existe um abismo enorme entre o discurso e a prática”, avalia Felipe Vasconcelos, sócio da Equus Capital, manifestando ceticismo sobre a proposta.

Países como França, Espanha e África do Sul sinalizaram apoio ao projeto de taxaçoão dos super-ricos. Interlocutores próximos ao ministro Fernando Haddad, da Fazenda, afirmaram que a expectativa é de que seja conquistado o apoio do Reino Unido, pois o novo primeiro-ministro, Keir Starmer, eleito no início de julho, é do Partido Trabalhista. (RG)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

A “reeleição” de Maduro pode levar à militarização do Atlântico Sul

Dos países da América do Sul, o que oferece maior risco à democracia na região, hoje, não é a Argentina, com seu presidente anarco-liberal Javier Milei, em razão de uma sociedade civil e estrutura política mais robusta, mas a Venezuela de Nicolás Maduro, que caminha no rumo de um regime autocrático nacionalista controlado por militares, com uma sociedade completamente desestruturada, cujos aliados estratégicos são Cuba, Rússia, China, Irã e Coreia do Norte.

O elo perdido com o Ocidente será a manutenção de Maduro no poder, por meio de uma fraude eleitoral já escancarada ou, caso isso não seja possível, um golpe de Estado. Não se pode falar em democracia plena na Venezuela com o sucessor de Hugo Chávez no poder. Para o Brasil, legitimá-lo com o conceito de “democracia relativa” será um grave erro. A democracia é um valor universal,

ainda que a boa convivência com os vizinhos e a prioridade aos nossos próprios interesses econômicos, que são pilares da nossa política externa, venham a ser invocados nesse contexto.

As eleições de domingo na Venezuela estão recebendo crescente atenção do Ocidente, principalmente dos países vizinhos, dos Estados Unidos e da União Europeia (UE). A situação da Venezuela é um desastre econômico e social e uma ameaça à estabilidade política na América do Sul, em razão da militarização do governo e a declarada intenção de ocupar a província petrolífera de Essequibo, na Guiana — que, inclusive, já consta do mapa oficial da Venezuela.

Entre o primeiro dia de governo de Maduro, em 19 de abril de 2013, e o próximo domingo, a Venezuela desceu laideira abaixo, em todos os aspectos. Herdeiro político de Chávez, que implantou o regime bolivariano, Maduro sonha

com um país impossível nas condições atuais. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 75% entre 2013 e 2021. Apesar da queda dos preços do petróleo, Maduro não reduziu os gastos públicos e perdeu muitos mercados no Ocidente, principalmente após as sanções financeiras dos EUA, que proibiram as emissões de dívida e obrigações em 2017, o que gerou um déficit público inadministrável.

Em dezembro daquele ano, a inflação oficial mensal subiu para 55,6% — ou seja, chegou às portas da hiperinflação. Como na Argentina, a perda do poder de compra do bolívar, a moeda local, levou à dolarização da economia. Do ponto de vista social, o abastecimento foi completamente desorganizado e a economia entrou em colapso. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 7,7 milhões de venezuelanos se tornaram refugiados, de uma população de 30 milhões de habitantes.

O país somente saiu da hiperinflação em dezembro de 2021, quando completou 12 meses com uma variação mensal inferior a 50%. Foi a bastante para uma visão ufanista de Maduro. A narrativa de seu projeto de reeleição é alavancada por uma taxa de crescimento do PIB venezuelano de 5%, em 2023. Estima-se que cresça 4% este ano, mas apenas em 25% das atividades produtivas, as do petróleo.

Miséria generalizada

O Inquérito às Condições de Vida (Encovi), elaborado por três universidades, em 2020, constatou que a Venezuela hoje é um dos países mais pobres do planeta. Apenas 4% da população não se enquadram na “pobreza de rendimento”, a nova elite local; 54% dos venezuelanos se encaixam na “pobreza recente” (54%) e outros 41%, na pobreza crônica. Entre novembro de 2019 e dezembro de 2020, 79,3% dos venezuelanos não tinham recursos para a cesta básica. Hoje, a pobreza multidimensional registrada pelo Encovi — que inclui condições como habitação, serviços públicos, proteção social, trabalho e educação — atinge 51,9% da população.

Para tentar a reeleição, Maduro

anunciou um aumento do “rendimento mínimo abrangente” para cerca de US\$ 130, em bolívares. O valor é a soma entre o salário mínimo e um bônus que nem todos os trabalhadores recebem. Os sindicatos rejeitaram a proposta e exigem um aumento para US\$ 200. Com uma renda mínima de US\$ 130, a Venezuela ocupa o último lugar na América do Sul.

Maduro fala de desenvolvimento econômico, meio ambiente, direitos humanos e melhoria da qualidade de vida, mas essa é uma agenda do candidato de oposição, Edmundo González Urrutia, o ex-diplomata que lidera a corrida presidencial com mais de 50% das intenções de voto.

Do ponto de vista geopolítico, uma vitória fraudada ou um golpe de Maduro somente terão sustentação se houver apoio efetivo de seus aliados, principalmente a Rússia e a China, em razão da inevitável ampliação das sanções ocidentais. Como esse apoio passará também pelo aumento da capacidade bélica da Venezuela, a consequência direta será uma corrida armamentista na região, ampliação da presença militar dos EUA na Amazônia e a militarização do Atlântico Sul. É uma situação que não interessa ao Brasil.